

Superior Tribunal de Justiça

HABEAS CORPUS Nº 503.839 - BA (2019/0102986-0)

RELATOR : MINISTRO RIBEIRO DANTAS
IMPETRANTE : MARCOS EDUARDO CARDOSO FERNANDES
ADVOGADO : MARCOS EDUARDO CARDOSO FERNANDES - BA055203
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA BAHIA
PACIENTE : ARLON ALMEIDA DA SILVA (PRESO)
PACIENTE : GABRIEL SANTOS DE OLIVEIRA (PRESO)
PACIENTE : LEONARDO PEREIRA BATISTA (PRESO)

DECISÃO

Trata-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso, com pedido liminar, impetrado em favor de **ARLON ALMEIDA DA SILVA, GABRIEL SANTOS DE OLIVEIRA e LEONARDO PEREIRA BATISTA**, em que se aponta como autoridade coatora o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia.

Consta dos autos que os pacientes Gabriel Santos de Oliveira e Leonardo Pereira Batista foram condenados por infração aos artigos 157, § 2º, I e II, c/c art. 69; art. 288, parágrafo único; e art. 311, todos do Código Penal, respectivamente, às penas de 19 anos, 5 meses e 6 dias de reclusão e 20 anos e 27 dias de reclusão. O paciente Arlon Almeida da Silva foi condenado por infração ao artigo 157, § 2º, I e II, c/c art. 69; art. 288, parágrafo único; e art. 311, todos do Código Penal, bem como art. 16 da Lei 10.826/03, à pena de 28 anos, 11 meses e 27 dias de reclusão.

O Tribunal *a quo* reduziu a pena dos pacientes nos termos da seguinte ementa:

APELAÇÃO CRIMINAL. DIREITO PENAL. DIREITO PROCESSUAL PENAL. ROUBO MAJORADO PELO EMPREGO DE ARMA E PELO CONCURSO DE AGENTES. ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA QUALIFICADA. ADULTERAÇÃO DE SINAL IDENTIFICADOR DE VEÍCULO AUTOMOTOR. A) APELANTE ARLON ALMEIDA DA SILVA CONDENADO A 28 (VINTE E OITO) ANOS E 11 (ONZE) MESES E 27 (VINTE E SETE) DIAS DE RECLUSÃO, SOB REGIME FECHADO, ALÉM DE 610 (SEISCENTOS E DEZ) DIAS-MULTA, PELA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 157, INCISOS I E II (DUAS VEZES); ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 311, TODOS DO CÓDIGO PENAL E ART. 16 DA LEI Nº 10.826/2003. B) APELANTE LEONARDO PEREIRA BATISTA CONDENADO A 20 (VINTE) ANOS E 27 (VINTE E SETE) DIAS DE RECLUSÃO, SOB REGIME FECHADO, ALÉM DE 525 (QUINHENTOS E VINTE E CINCO) DIAS-MULTA, PELA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 157, INCISOS I E II (DUAS VEZES); ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO E ART. 311, TODOS DO CÓDIGO PENAL.
1. PLEITO ABSOLUTÓRIO QUANTO AO CRIME DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA, POR INSUFICIÊNCIA

PROBATÓRIA. ACOLHIMENTO. NÃO DEMONSTRAÇÃO DA ESTABILIDADE E PERMANÊNCIA NECESSÁRIAS PARA A CONFIGURAÇÃO DO DELITO PREVISTO NO ART. 288, PARÁGRAFO ÚNICO, DO CÓDIGO PENAL. DEPOIMENTOS TESTEMUNHAIS INSUFICIENTES PARA ATESTAR A CONSTÂNCIA E A SOLIDEZ DO GRUPO CRIMINOSO.

2. PEDIDO DE ABSOLVIÇÃO EM RELAÇÃO AO CRIME DE ADULTERAÇÃO DO SINAL IDENTIFICADOR DO VEÍCULO AUTOMOTOR. NÃO ALBERGAMENTO. VALIDADE DO DEPOIMENTO DOS POLICIAIS MILITARES. PLACA DO VEÍCULO UTILIZADO PARA A PRÁTICA DOS ROUBOS QUE TEVE CARACTERES MODIFICADOS. BEM MÓVEL ENCONTRADO NA POSSE DOS ACUSADOS. DEFESA QUE NÃO SE DESINCUMBIU DO ÔNUS DE COMPROVAR A NEGATIVA DE AUTORIA CRIMINOSA. PERÍCIA. DESNECESSIDADE.

3. PLEITO DE ABSOLVIÇÃO DO APELANTE ARLON ALMEIDA DA SILVA. NÃO ACOLHIMENTO. RÉU QUE DECLAROU TER ADQUIRIDO A ARMA DE FOGO DE USO RESTRITO PARA FINALIDADE DIVERSA DOS ROUBOS PERPETRADOS. CRIME DO ESTATUTO DO DESARMAMENTO QUE POSSUI OBJETIVIDADE JURÍDICA DIVERSA DO DELITO PATRIMONIAL. MANUTENÇÃO DA CONDENAÇÃO.

4. REFORMA DA PENA. AFASTAMENTO DE UMA DAS CIRCUNSTÂNCIAS JUDICIAIS VALORADA EM DESFAVOR DOS ACUSADOS. COMPORTAMENTO DA VÍTIMA NÃO PODE SER MENSURADO EM DETRIMENTO DO RÉU. JURISPRUDÊNCIA DO STJ.

5. RECÁLCULOS DAS REPRIMENDAS: A) ARLON ALMEIDA DA SILVA TEM AS PENAS REDUZIDAS PARA 14 (CATORZE) ANOS, 08 (OITO) MESES E 15 (QUINZE) DIAS DE RECLUSÃO, ALÉM DE 368 (TREZENTOS E SESSENTA E OITO) DIAS-MULTA, NO VALOR UNITÁRIO DE 1/30 (UM TRIGÉSIMO) DO SALÁRIO MÍNIMO À ÉPOCA DO FATO, PELO CRIMES PREVISTOS NO ART. 157, INCISOS I E II (DUAS VEZES); ART. 311, TODOS DO CÓDIGO PENAL E ART. 16 DA LEI N. 10.826/2003. B) GABRIEL SANTOS OLIVEIRA TEM AS PENAS REDUZIDAS PARA 09 (NOVE) ANOS 02 (DOIS) MESES E 20 (VINTE) DIAS DE RECLUSÃO, ALÉM DE 146 (CENTO E QUARENTA E SEIS) DIAS-MULTA, PELA PRÁTICA DOS CRIMES PREVISTOS NO ART. 157, INCISOS I E II (DUAS VEZES) E ART. 311, TODOS DO CÓDIGO PENAL. C) LEONARDO PEREIRA BATISTA TEM AS PENAS REDUZIDAS PARA 09 (NOVE) ANOS, 07 (SETE) MESES E 15 (QUINZE) DIAS DE RECLUSÃO, ALÉM DE 184 (CENTO E OITENTA E QUATRO) DIAS-MULTA.

6. DEMAIS CAPÍTULOS DA SENTENÇA CONDENATÓRIA MANTIDOS, INCLUSIVE QUANTO AO REGIME PRISIONAL.

7. APELAÇÃO CONHECIDA E PARCIALMENTE PROVIDA,

Superior Tribunal de Justiça

PARA ABSOLVER OS ACUSADOS DO CRIME DE ASSOCIAÇÃO CRIMINOSA ARMADA E REDUZIR AS REPRIMENDAS."(e-STJ, fls. 37-40)

Neste *writ*, o impetrante alega que "conforme depoimento da autoridade policial, no inquérito policial, afirma-se haver fotos da suposta adulteração, porém inexistente nos Autos. Ressalte-se que, em momento algum, os Pacientes confessam o crime, diferentemente dos demais crimes" (e-STJ, fl. 11). Nesse passo, "no caso em espeque, causa o constrangimento ilícito dos Pacientes, pois com a absolvição deste crime, os mesmos estariam cumprindo regime de pena menos gravoso (semiaberto), inclusive com possibilidade de progressão para o regime aberto, em face do tempo total de cumprimento de pena." (e-STJ, fl. 12).

Postula, ao final, a concessão da ordem para absolvição dos Pacientes do crime de adulteração de sinal automotivo, estampado no art. 311 do CP, por insuficiência probatória, bem como a mudança do regime inicial de cumprimento de pena para regime menos gravoso, qual seja, semiaberto.

É o relatório.

Decido.

Esta Corte e o Supremo Tribunal Federal pacificaram orientação no sentido de que não cabe *habeas corpus* substitutivo de recurso, impondo-se o não conhecimento da impetração, salvo quando constatada a existência de flagrante ilegalidade no ato judicial impugnado.

No caso, não se observa flagrante ilegalidade a justificar a concessão do *habeas corpus*, de ofício.

Com efeito, a via do *habeas corpus* não se presta para a apreciação de alegações que buscam a absolvição do paciente, em virtude da necessidade de revolvimento do conjunto fático-probatório, o que é inviável na via eleita.

Nesse sentido:

"HABEAS CORPUS. IMPETRAÇÃO EM SUBSTITUIÇÃO AO RECURSO CABÍVEL. UTILIZAÇÃO INDEVIDA DO REMÉDIO CONSTITUCIONAL. NÃO CONHECIMENTO.

1. A via eleita se revela inadequada para a insurgência contra o ato apontado como coator, pois o ordenamento jurídico prevê recurso específico para tal fim, circunstância que impede o seu formal conhecimento. Precedentes.

2. O alegado constrangimento ilegal será analisado para a verificação da eventual possibilidade de atuação *ex officio*, nos termos do artigo 654, § 2º, do Código de Processo Penal.

TRÁFICO DE DROGAS. FALTA DE PROVAS. ABSOLVIÇÃO. DESCLASSIFICAÇÃO PARA O DELITO PREVISTO NO ARTIGO 28 DA LEI N. 11.343/2006. NECESSIDADE DE REVOLVIMENTO APROFUNDADO DE MATÉRIA FÁTICO-PROBATÓRIA. IMPOSSIBILIDADE NA VIA ESTREITA DO MANDAMUS. LIVRE CONVENCIMENTO MOTIVADO. FUNDAMENTAÇÃO IDÔNEA DO ACÓRDÃO QUE MANTEVE A SENTENÇA CONDENATÓRIA.

Superior Tribunal de Justiça

CONSTRANGIMENTO ILEGAL INEXISTENTE.

1. A pretendida absolvição ou desclassificação da conduta imputada ao paciente para a infração penal prevista no artigo 28 da Lei n. 11.343/2006 são questões que demandam aprofundada análise do conjunto probatório produzido em juízo, providência vedada na via estreita do remédio constitucional.

2. No processo penal brasileiro vigora o princípio do livre convencimento motivado, em que o julgador, desde que de forma fundamentada, pode decidir pela condenação, não se admitindo no âmbito do *habeas corpus* a reanálise dos motivos pelos quais as instâncias ordinárias formaram convicção pela prolação de decisão repressiva em desfavor do acusado.

3. *Habeas corpus* não conhecido."

(HC 343.107/RS, Rel. Ministro JORGE MUSSI, QUINTA TURMA, julgado em 15/12/2015, DJe 2/2/2016, grifou-se).

Nesse contexto, se as instâncias ordinárias, mediante valoração do acervo probatório produzido nos autos, entenderam, de forma fundamentada, haver prova de materialidade do crime do art. 311 do Código Penal, por entender ter havido modificação de caracteres do veículo utilizado no crime, inviável nesta célere via do *habeas corpus*, que exige prova pré-constituída, pretender conclusão diversa, sob pena de indevido revolvimento fático-probatório.

Por fim, quanto ao pedido sucessivo de readequação de regime, diante da impossibilidade de absolver o réu restou prejudicado, devendo o regime fechado ser mantido, consoante critério legal do art. 33, § 2º, 'a', do Código Penal, haja vista ser a pena superior a 8 anos de reclusão.

Ante o exposto, **não conheço** do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília (DF), 27 de novembro de 2019.

Ministro RIBEIRO DANTAS
Relator